

FMI convoca devedores

Washington — A crise das dívidas externas, exasperada pelo caso da Argentina, dominará uma série de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington dentro de duas semanas, anteciparam ontem fontes financeiras.

As reuniões das Comissões Interina e de Desenvolvimento serão realizadas nos dias 12 e 13 de abril, e serão precedidas por deliberações do Grupo dos Dez países industrializados e do grupo dos 24 países em desenvolvimento, nos dias 11 e 12, para examinar a conjuntura econômica mundial e traçar a política do FMI a médio prazo.

O grupo dos 24 - formado pelo Brasil, Argentina, México, Colômbia, Guatemala, Peru e Trinidad-Tobago, representando a América Latina, por oito nações africanas, sete asiáticas e a Iugoslávia - iniciará suas reuniões preparatórias no próximo dia 9 de abril.

Fontes financeiras anteciparam que a crise das dívidas externas dos países em desenvolvimento - estimadas em mais de 800 bilhões de dólares - será o tema dominante das discussões e o ponto alto será a exigência de condições de financiamento mais benignas por parte dos países endividados.

Três dos membros do Grupo dos 24 — Brasil, México e Argentina — concentram mais de 70 por cento da dívida latino-americana, de 360 bilhões de dólares.

O Brasil e o México vêm realizando programas de ajuste econômico há dois anos e já estão bem adiantados no refinanciamento de suas dívidas, mas a Argentina suspendeu o pagamento dos juros e capital desde outubro do ano passado, e se acha na iminência de ser declarada em estado de mora pelos bancos norte-americanos.

O FMI disse que as discussões se realizarão "tendo como pano de fundo as melhorias na econo-

mia mundial em 1983, apesar da persistência de graves problemas".

O relatório do FMI diz que "o aumento da produção global mostra claros sinais de recuperação, a inflação foi reduzida drasticamente nos países industrializados e os déficits de pagamento dos países em desenvolvimento não produtores de petróleo são agora mais suportáveis".

Acrescenta porém: "Por outro lado, o número dos países que apresentam uma reativação adequada do crescimento e limitado, o desemprego continua sendo dolorosamente alto em muitas economias, prevalecem ainda os déficits fiscais e as altas taxas de juros reais e o serviço da dívida, assim como o financiamento dos déficits de pagamento, continuam sendo uma carga pesada em muitos países em desenvolvimento".

A Comissão Interina, de 22 membros, presidida pelo ministro da Fazenda da Bélgica, Willy de Clercq, analisará as possibilidades de se ajustar a política do FMI às circunstâncias econômicas atuais.

Outro tema será a possibilidade de realizar uma nova distribuição de Direitos Especiais de Saque (DES), exigida pelos países em desenvolvimento para aumentar a liquidez mundial, mas rejeitada por vários países industrializados, inclusive os Estados Unidos.

A função da Comissão Interina é a de aconselhar a Diretoria Executiva, organismo máximo do Fundo, sobre a administração e adaptação do sistema monetário internacional e formas de encarar perturbações súbitas que possam ameaçar o sistema, como a crise das dívidas.

A comissão de desenvolvimento examinará a situação da Associação Internacional de Fomento do Banco Mundial, que concede empréstimos ocasionais aos países mais pobres